

A luta do MST contra os meios de comunicação tradicionais e o auxílio do uso das TIC's¹

The struggle of the MST against traditional media and the use of ICTs

Charlene Quevedo Guareschiⁱ

Eliane Arruda Palma^{**}

Ronaldo Busnello^{***}

Resumo: Os movimentos sociais contemporâneos destacam a comunicação como meio ativo de propagação de suas ideologias. Representados aqui pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), típico movimento social, engajado na luta pela terra e Reforma Agrária Popular, contra os desmandos do sistema capitalista, instituição promotora da justiça e da inclusão social de milhares de pessoas e de enfrentamento de questões como a mercantização e unilateralização dos meios de comunicação, criou e organizou um setor de comunicação eficaz. Com o aparecimento das tecnologias da informação e da comunicação (TIC's) agregaram ao seu cotidiano as ferramentas digitais disponíveis para a divulgação de suas ideias, de modo horizontal e autônomo. O método utilizado é o dedutivo, com pesquisa qualitativa de cunho teórico de revisão bibliográfica. Concluímos que o MST se apropria intimamente dos mecanismos virtuais proporcionados pela internet, criando um campo contra-hegemônico ao sistema posto e dando atenção a questão da exclusão digital.

Palavras-chave: Movimento social. MST. Ciberativismo.

Abstract: Contemporary social movements emphasize communication as an active means of propagating their ideologies. Represented here by the Landless Rural Workers Movement (MST), a typical social movement, engaged in the struggle for land and Popular Agrarian Reform, against the outlawings of the capitalist system, an institution that promotes justice and the social

¹ Artigo produzido com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

^{*} Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/2020), Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA/2009). Email: charleneguareschi@hotmail.com

^{**} Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/2019), Graduada em Direito pela Laureate International Universities (UniRitter/2008). Email: anepalma@hotmail.com.br

^{***} Mestre (1995) e doutor (2003) em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1990). Professor-adjunto, em regime de dedicação exclusiva pelo Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integrante do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Direito da UFSM (PPGD/UFSM). ronaldo.busnello@gmail.com



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

inclusion of thousands of people and issues such as the commercialization and unilateralisation of the media, created and organized an effective communication sector. With the advent of information and communication technologies (ICTs), they added to their daily lives the digital tools available for the dissemination of their ideas, horizontally and autonomously. The method used is the deductive, with qualitative research of a theoretical nature of bibliographical revision. We conclude that the MST appropriately appropriates the virtual mechanisms provided by the internet, creating a counter-hegemonic field to the system and paying attention to the issue of digital exclusion.

Keywords: Social movement. MST. Ciberativism.

Recebido em: 28/11/2018. Aceito em: 02/03/2020

Introdução

Nas últimas décadas os movimentos sociais passaram a ter papel de grande relevância no cenário político-social brasileiro, inúmeras novas dinâmicas surgiram, com particularidades específicas, elevando a outro patamar aquelas já existentes e agregando novas e relevantes características a essa categoria de luta social, no sentido de que, os movimentos tradicionais, anteriores a década de 80, lutavam ainda pelo “direito a ter direitos”, enquanto os denominados “novos movimentos sociais” erguem bandeiras muito mais amplas contra a exclusão, com objetivo de dar nova leitura aos conceitos de igualdade, fraternidade e liberdade.

Contemporaneamente, os movimentos sociais apresentam caráter educativo e de aprendizagem, que se resumem a um novo modelo, gerador de conhecimentos e saberes, com foco em si próprios e na construção, de maneira concreta, de suas identidades, ampliando suas formas de atuação e propagando seus ideais, o que ocorre não mais apenas pelos meios de comunicação tradicionais, mas por meio da criação de novos espaços de inserção e, ainda, proporcionando a inclusão de milhares de pessoas por intermédio do uso das tecnologias da informação e da comunicação (TIC's) agregadas a rotina de suas pautas.

O texto que segue se trata, inicialmente, de um breve relato a respeito do surgimento dos movimentos sociais no Brasil que, em sentido positivo, acabaram por evoluir historicamente, dando margem a novos e importantes atores sociopolíticos, em face dos espaços públicos. Particularmente organizados em três estruturas básicas, que em determinados momentos se inter-relacionam, os movimentos identitários e culturais, chamam a atenção atualmente ao fazerem eco em relação as suas justas reivindicações, lado a lado, dos movimentos sociais globais.

O avanço das mudanças que passaram a ocorrer no mundo, em função da globalização e da universalização da internet, proporcionou aos movimentos sociais a conquista do ciberespaço, o que ampliou a troca de ideias e a disseminação das ideologias e o reconhecimento das justas irrealizações, pelas quais lutam e pela defesa e construção da sociedade que almejam.

Deste modo, num segundo momento, nomeamos aquele que é considerado um dos maiores movimentos sociais na América Latina e no mundo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra – o MST – como um verdadeiro representante dos movimentos sociais da atualidade, apresentando um breve histórico a respeito da história deste movimento social ligado a Reforma Agrária Popular e a luta pela terra, em favor da democracia e da igualdade, bem como da inclusão social de milhares de pessoas pelo país a fora.

Assim, diante desta conjuntura, elegemos como objetivo verificarmos quais estratégias de comunicação estão sendo utilizadas pelo MST na divulgação de sua ideologia, tendo em vista a unilateralização das informações que circulam nos meios de comunicação tradicionais a respeito do movimento e como estão sendo superadas as dificuldades encontradas neste âmbito, com o auxílio do uso das TIC's, no enfrentamento da mercantilização e da parcialidade com que as notícias em relação ao movimento chegam até a sociedade.

Para alcançarmos o objetivo proposto vinculou-se as bases da pesquisa ao método dedutivo, tendo sido utilizados procedimentos e técnicas como fichamentos, resumos e resumos estendidos. Além disso, o trabalho foi realizado por meio de pesquisa qualitativa, descritiva de cunho eminentemente teórico de revisão bibliográfica de estudos realizados sobre movimentos sociais, assim como, especificamente, sobre o MST.

Por fim, a análise restou dividida em três partes e, assim, com fundamento numa reflexão pormenorizada, a investigação e o exame do tema proposto foi realizado à luz de uma visão crítica e reflexiva. Inicialmente, o primeiro capítulo aborda uma visão geral sobre os movimentos sociais no Brasil; o segundo, evolui para um exame mais específico do MST, que se apresenta, segundo veremos, em face de suas particularidades, como um movimento social incomum e finda com a terceira seção, que trata dos meios de comunicação representados pelas TIC's e sua relação direta com o MST.

Os movimentos sociais no Brasil: breve relato

Na década de 80 no Brasil, com o fim de quase vinte anos de ditadura, num caminho que se distanciava de um Estado autoritário, à época, os movimentos sociais destacavam-se e guardavam entusiasmo em relação à nova fase política vivenciada (MACHADO; PÉRSIGO, 2014, p. 195). Tais movimentos, conforme assinala Gohn (2013, p. 15), passam a ser tratados como novos, pois apresentam características próprias, distintas dos movimentos do passado, emergindo, basicamente, a partir da segunda metade dos anos 1980, com particularidades bem mais específicas. A palavra “movimento” nos dá uma ideia de prospecção, no sentido de algo que irá para frente, que se perpetuará.

Neste contexto, Gohn (2008b), referencial na pesquisa a respeito do tema, entende que o movimento social

[...] é sempre expressão de uma ação coletiva e decorrente de uma luta socio-política, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações. (GOHN, 2008b, p. 14)

Deste modo, os movimentos sociais contribuem para organizar e conscientizar a sociedade, realizando ações não apenas com o objetivo de sustentabilidade, mas também de autodesenvolvimento, lutando pela inclusão, contra a exclusão e dando novos significados aos termos igualdade, fraternidade e liberdade. Na atualidade, os movimentos sociais apresentam caráter educativo e de aprendizagem, cujos resultados redundam em um novo modelo, capaz de gerar saberes, diferenciando-se, basicamente, dos movimentos anteriores, pelo fato de que estes lutavam pelo “direito a ter direitos”, enquanto contemporaneamente podem ser considerados autocentrados, visando a si próprios, no objetivo da construção de suas identidades (GOHN, 2013, p. 16-17). Assim,

[...] a partir das experiências históricas recentes dos movimentos sociais (campe-sino-indígenas, étnicos, insurgentes): eles não são, segundo as palavras da autora, “apenas reativos”, mobilizados tão somente por necessidades, mas igualmente exercem uma “reflexão sobre sua própria existência”, incorporando, em medidas crescentes, um campo de temáticas amplas que perpassa a totalidade das instâncias reguladores da vida social. (GOHN, 2010, apud RUBBO, 2011, p. 447)

Uma marcante particularidade dos movimentos refere-se à forma como o Estado passou a determinar as políticas públicas, deslocando o eixo de luta do grupo para o indivíduo enquanto cidadão (GOHN, 2013, p. 20). Desse modo, podemos considerar que “A ‘privatização’ do mundo proporcionou um estreitamento do serviço público e do bem comum” (GOHN, 2011, p. 448). A comunicação do Estado, por meio da ação de seus governos, ocorre em face de uma retórica que retira dos movimentos a ação propriamente dita (GOHN, 2008a, p. 445) e, com isso, não se valorizam efetivamente as ações coletivas dos movimentos sociais, de maneira que, para se adequarem a nova realidade, tiveram que alterar suas práticas e reivindicações, em muitos casos, privilegiando o retrocesso no modo de atuação (GOHN, 2013, p. 20-25).

Tal acabou dando azo a formas antigas de ação, como o clientelismo e as trocas de apoio, ao susterm um ou outro partido político, ou àqueles que estão na gestão do poder, bem como manifestações públicas organizadas no sentido da defesa de falsas vontades que, em verdade, defendem interesses de camadas específicas e socialmente privilegiadas (GOHN, 2013, p. 20-25).

A evolução histórica finda por apresentar novos atores sociopolíticos no contexto público, bem como a ampliação de sujeitos coletivos protagonistas de ações coletivas, como grupos organizados, associações, entidades civis, Organizações Não Governamentais (ONGs), etc, que terminam por dar origem a novas formas de atuação e mobilização em rede, proporcionadas pela atual conjuntura geopolítica, fundada na globalização econômica e cultural. Com isso, acabaram por ampliar o campo das tensões e dos conflitos sociais, passando os movimentos sociais a terem novo sentido e fundamentos, além dos rotineiros, pelos quais os movimentos tiveram origem (GOHN, 2013, p. 25-26).

Gohn (2013) assinala ainda que, muito embora os vários estudos que emergiram nos últimos tempos visando os movimentos sociais, os mesmos não dão conta em explicar muitas questões relativas ao tema, o que acaba gerando grandes lacunas e escolhas que divergem daquilo que se apresenta na realidade, negando a existência de determinados sujeitos. Especificamente quanto ao Brasil, no que tange a categoria das mobilizações que, a despeito de hegemonicamente destacarem-se no contexto atual, não podem ser consideradas como dominantes sobre o quadro da sociedade civil organizada. Observa-se que os movimentos sociais, assim como o associativismo, continuam vivos, apenas tendo se adequado ao novo cenário econômico e político (GOHN, 2013, p. 27).

Neste contexto, segundo Scherer-Warren (2014), o movimento social organizado possui relativa permanência temporal e, no mundo atual, inclina-se a estruturar-se sob a forma de redes

de militância, cuja ação resulta na constituição de significados políticos ou culturais em comum, uma vez que captam e mobilizam os cidadãos no sentido da produção de uma transformação da sociedade (SCHERER-WARREN, 2014, p. 15). Para a autora, um movimento social apresenta quatro momentos constitutivos importantes, que definem sua conservação e continuidade como ator político:

1. Construir um “frame” ou engajamento organizacional [...] onde se realiza a construção de significados comuns para as lutas na esfera pública. 2. Esses significados comuns são produzidos através de articulações discursivas [...] para a construção de demandas, ideários e projetos comuns para uma mudança social, ainda que passíveis de constantes mutações. 3. Demandas e ideários que serão traduzidos em ações de advocacia por direitos, para a incidência nas políticas públicas ou para mudanças sociais políticas, culturais e/ou sistêmicas. 4. Enfim, o movimento organizado busca na manifestação momento de protesto, reivindicação ou visibilidade, mas tem uma continuidade para além deste momento mobilizatório público [...].” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 15-16)

Ainda, em termos de particularidades, os movimentos sociais possuem três formas de organização: os identitários, cuja luta é pautada por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais; os transnacionais, que agem em fóruns, plenárias, colegiados, conselhos, entre outros e aqueles que buscam melhores condições de vida e de trabalho, na cidade e no campo, objetivando “[...] acesso e condições para a terra, moradia, alimentação, saúde, transportes, lazer, emprego, salário, etc” (GOHN, 2008b, p. 122).

As mudanças ocorridas no mundo, nas últimas décadas, acabaram por influenciar o ponto central dos movimentos sociais em geral e na América Latina mais especificamente, o que dá azo à afirmação de que não mais se limitam à política, à religião ou às demandas socioeconômicas e trabalhistas, porquanto cada vez mais os movimentos por reconhecimento, identitários e culturais, evidenciam-se ao lado de movimentos sociais globais (GOHN, 2008a, p.442).

Assim, além das características próprias que os novos movimentos sociais passaram a ter, entre as décadas de 1990 e 2000, com a tomada ainda maior de espaço pela internet, eles se inserem de vez na rede, que começa a se globalizar, alcançando grande dimensão. Os militantes dos movimentos sociais decidem ampliar os modos de adesão de suas causas, passando a criação de links, ao desenvolvimento de campanhas e a publicação de suas motivações, nessa nova área sem restrições de editorias, buscando outras maneiras de ocupar os espaços públicos. Esses modos atuais se coadunam com “uma nova forma de protesto: livre, imediata e compartilhada instantaneamente. A comunicação é a grande chave para as novas formas dos movimentos, é uma forma que permite aos movimentos sociais disseminarem e controlarem essas informações” (MACHADO; PÉRSIGO, 2014, p. 197).

Sob este prisma, com o surgimento das TIC's diversos movimentos sociais se apropriaram do que chamamos ciberespaço², para o intercâmbio de ideias e cultivo de conhecimento no contexto da esfera pública. Desse modo, em face das incoerências do monopólio representado pela prestação dos serviços de internet no país surge o desenrolar de uma novidade tecnológica,

² Segundo Lévy (2000, p. 92-93), a definição de ciberespaço “inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de rede hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do próximo século.

fundada na descentralização da informação dos meios de comunicação tradicionais, tornando possível a construção de informação por inúmeros grupos e sujeitos da coletividade com acesso às TIC's. “Nessa perspectiva, a esfera pública tradicional se modifica e se amplia, possibilitando o advento do ciberespaço como a nova *Ágora*” (ENGELMANN; MORIGI, 2017, s/p).

Assim, para a captação de militantes ou mesmo simpatizantes, visando a disseminação de suas ideologias e o reconhecimento da pauta de suas reivindicações, os movimentos sociais buscam uma maior visibilidade, no sentido de afiançar seus ideais e alcançar as mudanças que almejam na sociedade (MACHADO; PÉRSIGO, 2014, p. 193). Sob esse panorama, a assimilação e o ingresso das TIC's no mundo dos movimentos sociais tornaram-se ferramentas indispensáveis no auxílio às suas lutas por direitos essenciais e na edificação de uma nova cidadania (ENGELMANN; MORIGI, 2017, s/p).

Conforme Gohn (2010 apud RUBBO, 2011, p. 448) nos informa, os movimentos sociais e as mobilizações civis, não raras vezes, penetram e interagem nos blocos identitários, transnacionais e naqueles que priorizam a busca por condições de vida e de trabalho dignas, como, por exemplo, o MST e a *Via Campesina*, eis que se revelam “expressões dessa prática articulatória múltipla, desenhando, nesse quadro, um *emergente internacionalismo das forças sociais camponesas*.”

Na sequência apresentaremos breve histórico de um dos mais significativos movimentos sociais do Brasil representado pelo MST, cuja história, na realidade, se estende para além das fronteiras do nosso país, redundando naquele que é considerado o maior movimento social da América Latina, quiçá um dos maiores do mundo. Tal se manifesta a começar pela própria forma como se caracteriza a organização do movimento, que ocorre a partir do uso intensivo do ciberespaço e de como se apropria, de modo particular, das TIC's, pelo intermédio de seu setor de comunicação. Assim, diferencia-se dos demais movimentos sociais voltados aos problemas do campo, na medida em que amplia a discussão sobre o tema, abrangendo, além da população rural, também a urbana, atuando em conformidade e servindo de base de apoio central ao movimento na luta por seu objetivo maior: a Reforma Agrária.

MST: um movimento social incomum

Na esteira dos novos movimentos sociais surge oficialmente, como herdeiro dos movimentos dos anos 80, no Estado do Rio Grande do Sul (RS), no ano de 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais “Sem Terra”³, popularmente conhecido como “MST”. Assim, no final do ano de 1970

quando as contradições do modelo agrícola se tornam mais intensas e sofrem com a violência de Estado, ressurgem as ocupações de terra. Em setembro de 1979, centenas de agricultores ocupam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul. Em 1981, um novo acampamento surge no mesmo estado e próximo dessas áreas: a Encruzilhada Natalino, que se tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar, agregando em torno de si a sociedade civil que exigia um regime democrático. (MST, 2018)

Nesta direção, o movimento completou, no ano de 2020, trinta e seis anos de existência. Nascido no seio das lutas populares em favor da redemocratização no Brasil, o MST conseguiu conectar determinados princípios que o tornaram o movimento social mais conhecido na América Latina, bem como um dos maiores do mundo (FONSECA, 2009, p. 78) e, antes de tudo, segundo

³ Conforme elucidada Fonseca (2006, p. 9-10), a palavra “sem terra” foi criada pela imprensa e apropriada pelo movimento em 1985, no primeiro Congresso Nacional do MST. Nesse encontro, também se estabeleceu o uso da sigla “MST”, por ser de uso mais prático.

as palavras de Fernandes (2001, p. 49), é um movimento que se revela como “fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro”.

Assim, a partir de 1990, no campo dos movimentos sociais rurais, a organização popular se expandiu e dentre os diversos movimentos de sem-terra que se originaram o MST se destacou, tanto no território nacional, quanto internacional, muito em função de suas estratégias eficazes de mídia e *marketing* político de suas reivindicações pela Reforma Agrária (GOHN, 2013, p. 143). A constituição do movimento

[...] foi determinada por vários fatores. O principal deles foi o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970. Nessa década, houve um processo de desenvolvimento que José Graziano da Silva denominou de “modernização dolorosa”. Foi o período mais rápido e mais intenso da mecanização da lavoura brasileira. (FERNANDES; STÉDILE, 2005, p. 15)

Conforme Fonseca (2006, p. 8), no fim da década de 70, o governo militar instaurou as condições necessárias para um modelo de desenvolvimento agropecuário fundado na modernização tecnológica de determinadas esferas da agricultura “concentrando renda e expulsando cerca de 30 milhões de pessoas do campo, processo conhecido como ‘revolução verde’”⁴.

No entanto, para aqueles que imaginaram que o novo sistema traria o fim dos camponeses, observa-se que não se voltaram para o fato de que o capital, em seu desenvolvimento díspar e incoerente, permite mais de um modo de relação social, que vai além do assalariado, porquanto é um sistema que “cria, destrói e recria o campesinato. É por essa lógica que podemos compreender a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (FERNANDES, 2001, p. 47).

Dessarte, para Engelmann e Morigi (2017) os objetivos do movimento se voltam para luta pela terra, tutelando um programa de Reforma Agrária e colocando na ordem do dia o problema dos sem-terra, bem como da centralização fundiária no Brasil. Concretiza-se como um movimento popular e político, assumindo papel de destaque como representante da classe trabalhadora, tornando-se símbolo na luta pela terra ao inserir o enfrentamento pela Reforma Agrária na pauta do Governo Federal.

O movimento passa por um período de consolidação e, após mobilizações massivas ocorridas no ano de 1997, a mídia toma suas ações como “perigosas”, denunciando-o por incitar a “violência” no campo e propagar o “medo” junto à opinião pública, numa clara tentativa de apartar o grande problema da questão agrária brasileira do domínio civil e social, avizinhandoa a ilicitude e impulsionando a criminalização de movimentos de luta pela terra (ENGELMANN; MORIGI, 2017, s/p). No entanto, a criminalização e a invisibilidade por parte da imprensa midiática não são capazes de sustar o processo de organização e de luta do movimento, que continua mantendo relevante papel no cenário de disputas contra-hegemônicas na esfera pública, no que tange a Reforma Agrária e como paradigma de agricultura para o campo.

Neste sentido, consoante apreendemos da página virtual do MST⁵, atualmente o movimento está organizado em 24 estados da federação, tendo conquistado assentamento para aproximadamente 350 mil famílias, que obtiveram a terra em função da luta e da organização dos

⁴ Revolução verde, segundo Zamberlam e Fronchet (2001, p. 13), tratou-se de um jeito capitalista de dominar a agricultura. Tais autores, para Andrades e Ganimi (2007, p. 47), são extremamente felizes em seu conceito porque deixam claras as reais intenções da grande empresa na modernização da agricultura, que são a maximização do lucro por meio da monopolização de fatias cada vez maiores do mercado e da aquisição de *royalty* por intermédio dos pacotes tecnológicos, criando um círculo de dependência para o agricultor que só adquiria os pacotes tecnológicos produzidos pelas transnacionais.

⁵ Endereço eletrônico: <http://www.mst.org.br/>

trabalhadores rurais, sendo “beneficiadas com lotes de terra, créditos agrícolas e infraestrutura mínima para produzir e sobreviver no campo” (ENGELMANN; MORIGI, 2017, s/p). Conta, ainda, com um eficaz sistema de educação próprio, tema constante em sua pauta de trabalho e que leva à formação de milhares de estudantes em escolas organizadas nos assentamentos, bem como naquelas voltadas para a instrução de suas lideranças (GOHN, 2013, p. 144).

Conforme nos informa Souza (2006)

os números divulgados pelo MST surpreendem: são cerca de 350 mil famílias assentadas e aproximadamente 160 mil nos acampamentos. Considerando a média de quatro pessoas por família, chegamos a um total de quase dois milhões de militantes. Além disso, o movimento possui: 500 associações de produção, comercialização e serviço; 49 cooperativas de produção agropecuária com 2299 famílias associadas; 32 cooperativas de prestação de serviço; 96 pequenas e médias indústrias; 30 mil jovens e adultos inscritos no Programa de Alfabetização; 160 mil crianças estudando no Ensino Fundamental nas 1800 escolas espalhadas pelos acampamentos e assentamentos; 750 jovens inscritos em cursos universitários; e 58 jovens estudando medicina em Cuba. (SOUZA, 2006, p. 27)

Sob esta óptica, o movimento tem como base social uma diversidade de integrantes. Participam do movimento:

filhos de pequenos agricultores com tradições camponesas, grupos que conviviam com a violência dos bolsões de miséria dos grandes centros urbanos; pessoas com diferentes níveis de escolaridade, de várias religiões, com múltiplas concepções de mundo, provenientes de todas as regiões do país. [...] abriga sob sua bandeira assentados (que já possuem posse da terra), pessoas do urbano, padres, meeiros e quaisquer cidadãos que se identifiquem com a causa. (FONSECA, 2006, p. 10)

O indivíduo, ao ingressar no movimento, modifica sua forma de pensamento, até o momento, dominado por um imaginário onde entendia sua situação de trabalhador “sem a terra”, como natural, passando a desnaturalizar e a tomar consciência de como sua trajetória social é injusta, oportunizando-se o desejo ao acesso a uma condição social que até então lhe foi negada. Inserir-se no movimento é, concomitantemente, perceber-se como excluído e tomar atitudes contra essa exclusão, associando-se a uma coletividade que dá identidade aos indivíduos (FONSECA, 2006, p. 10).

Deste modo, Fernandes e Stédile (2005, p. 113) informam sobre uma das maneiras mais importantes que o movimento encontrou para pressionar os governos a prestarem atenção às suas reivindicações pela Reforma Agrária: as ocupações⁶. Para os autores, “a ocupação é o que deu vida à luta pela terra. Sem ocupação, o MST não nasceria e, sem ela, morre”. Ainda, sob esse ângulo argumentam:

⁶ Fonseca (2006, p. 11) preleciona que a palavra *ocupação* descreve exatamente o tipo de ação praticada pelo movimento, em conformidade com sua perspectiva ideológica. No entanto, praticamente todos os veículos de grande circulação nacional utilizam o termo *invasão*. Mauro Lemes Santos, membro da coordenação estadual do MST Minas Gerais (MG), em entrevista realizada no dia 24 de setembro de 2004, “explica que a escolha do termo pela imprensa é feita para remeter a uma ideia de violência, apontar para a ilegitimidade da reivindicação e a legitimidade da repressão. Para ele, denominar o acontecimento de invasão é um “erro semântico”. “Não é possível invadir um lugar que está vazio. O que nós fazemos é a ocupação de latifúndios improdutivos”, explica. Ele reforça que a carga ideológica da palavra *invasão* “aumenta a desconfiança de certos setores da sociedade, que associam os invasores de terras aos invasores de casas, os assaltantes, aos desordeiros.”

É isso. Teria muitos aspectos para abordar sobre a ocupação. Primeiro, **é uma forma de luta contundente, não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra. Não há, enfim, oportunidade para escamotear o problema social.** Luís Fernando Verissimo certa vez escreveu um artigo em que diz que o maior crime que a direita tem para acusar os sem-terra é que eles são sem-terra. **É um perigo neste país um cara ser pobre e organizado. Os pobres existem por aí dispersos e ninguém se queixa deles. Se se organizam e fazem uma ocupação, ela é tão evidente e tão contundente que obriga a sociedade a se manifestar.** (FERNANDES; STÉDILE, 2005, p. 113, grifo dos autores)

Na ocupação as famílias se organizam em barracas de lona e vivem de modo precário até a conquista do assentamento que, na prática, pode se prolongar no tempo por muitos anos. Após processos de muita luta e obstinação, quando os sem-terra “conseguem a desapropriação do latifúndio, é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que dá início à criação do assentamento, no qual a distribuição da terra ocorre por meio da divisão de lotes” (ENGELMANN; MORIGI, 2017, s/p). Percebe-se que o movimento é um ator político que, ao inserir os atores sociais que fundamentam suas bases, permite-lhes ir além da mera luta pelo acesso à terra, porquanto acabam empenhando-se pela democracia e pela igualdade, contra a exclusão. De acordo com Gohn (2013), o movimento iniciou sua batalha em torno

de uma identidade-ser sem-terra e luta para alterar a qualidade desta identidade passando a ser um com-terra. Mas ao buscar esta reversão atinge eixos centrais nas relações capitalistas que é a propriedade. O grande problema é que ele quer ser um com-terra, um “igual”, sem passar pelo funil divisório que é a compra. Quer o acesso a terra pela posse com direitos iguais aos que detém a sua propriedade e com isso ele perturba a lógica e a ordem das relações demarcadas na sociedade. Por isto ele é um agente de tensão contínua - tem uma face inovadora e outra perturbadora da ordem dominante. (GOHN, 2013, p. 145)

Observa-se que, mesmo após o integrante ter conquistado o assentamento, a luta tem continuidade, pois o projeto de Reforma Agrária do MST, em consonância com o que vimos, objetiva também a conquista de um conjunto de direitos para as famílias assentadas no campo da cidadania, com a criação de direitos sociais e a concepção efetiva de políticas públicas nas áreas da educação, saúde, cultura, entre outros (ENGELMANN; MORIGI, 2017).

Diante deste panorama, se faz importante referir o MST como uma das maiores forças sociais da América Latina, cujo projeto popular vai de encontro ao sistema neoliberal instaurado e o predomínio das ideias capitalistas, eis que o movimento concluiu que somente a democratização da terra não é o suficiente para a concretização dos seus objetivos, porquanto é imprescindível a retomada cultural e educacional do camponês. O capital deve ser democratizado, organizando as agroindústrias de maneira cooperativa entre os camponeses, bem como se deve democratizar a educação como uma forma de levar a cidadania para os trabalhadores rurais. Seu fim é construir uma sociedade nova, igualitária e socialista. Os mecanismos para o alcance de tal objetivo constituem-se de um grande processo de transformação na sociedade e na modificação da estrutura capitalista posta em termos de produção no meio rural (SOUZA, 2006, p. 25 e 29).

A seguir apresentaremos fundamentos acerca das estratégias de comunicação utilizadas pelo MST, na luta pela Reforma Agrária Popular, por meio do uso das TIC's e como esta relação tem contribuído para o desenvolvimento e crescimento do significativo movimento social que

representa e que vieram a facilitar a divulgação e propagação de seus ideais. Além disso, focaremos na forma como o MST vêm fazendo uso destas tecnologias, no que tange ao enfrentamento da mercantilização e unilateralização das informações que chegam até a sociedade a respeito do movimento.

Os meios de comunicação representados pelas TIC's e sua relação com o MST

Segundo aponta Fonseca (2006, p. 4), nos últimos tempos o processo de mercantilização da imprensa exacerbou-se, bem como ocorreu uma miscigenação maior entre as categorias de público e privado. Nesse compasso, Habermas (2003, p. 35-36) preleciona que, no período em que vigeu o capitalismo mercantilista, a imprensa surgiu com grande força e, em função dela, conhecimentos a respeito de mercadorias e comércio começam a ser difundidos. Observa que o intercâmbio de informações vai além da mera necessidade de troca de mercadorias, atingindo também o campo das notícias, as quais igualmente passam a ser vistas e consumidas como tal. A imprensa, diante das circunstâncias de transformações em curso, “[...] logo se tornou sistematicamente útil aos interesses do poder administrativo”.

É neste ambiente de mudanças na imprensa e com a ampliação da publicidade e do jornalismo que as funções da esfera pública passam a ser assumidas pelos meios de comunicação, redundando numa transformação considerável da própria natureza desta esfera. Num primeiro momento, muito embora sob o funcionamento da lógica de mercado, os jornais adquirem o papel de condutores de informação. Com o passar dos anos, os meios de comunicação assumem definitivamente o lugar da esfera pública, assim como das entidades, até então responsáveis pela definição das discussões, como as escolas, os partidos políticos e o próprio congresso nacional (MARTINS, 2012, s/p). Nessa conjuntura, Habermas (2003, p. 207) argumenta que “o mundo criado pelos meios de comunicação de massa só na aparência ainda é esfera pública;” de onde resulta apenas um “clima de opinião” e não opinião pública propriamente dita.

Neste contexto, Moscovici (2012, p. 46) argumenta que a origem das conexões entre os sujeitos ocorre por conta da comunicação, o que resulta na concepção de “representações de si, dos outros e de distintas realidades sobre elementos concretos e abstratos que circundam a sociedade em diferentes épocas” e, em face deste cenário, observamos o relevante papel dos meios de comunicação e da própria comunicação entre os indivíduos, sobretudo em suas relações com os movimentos sociais.

Corroborando, segundo nos ensinam Machado e Pérsigo (2014, p. 193), os movimentos sociais com fundamento em suas ideologias procuram num crescente novos modos de obter visibilidade junto às táticas de agendamento midiático. Assim, buscam se manter aparentes no contexto social, no intuito de conquistarem novos adeptos e divulgarem suas pautas de reivindicações, garantindo a manutenção de seus ideais, com objetivo de alcançarem as transformações que tanto desejam ver na sociedade. Os movimentos sociais vivem uma relação onde dependem dos meios de comunicação para conseguirem uma situação de evidência, porquanto são eles que proporcionam espaços de visibilidade, o que é exercido por meio de suas pautas. Desse modo,

[...] planejar a melhor forma de conquistar espaços nos meios de comunicação é, hoje, essencial para a sobrevivência dos mesmos. Se as estratégias de inserção nas mídias obtiverem resultados, os movimentos sociais conseguirão uma forma de influenciar na opinião pública, refletindo as suas plataformas de trabalho. (MACHADO; PÉRSIGO, 2014, p. 193)

Em tais circunstâncias é que uma das preocupações principais do MST, desde a sua criação, diz respeito à forma de comunicação. O modo como o movimento organiza este setor dá norte aos seus integrantes, no sentido do aperfeiçoamento das técnicas de mobilização, o que leva ao fortalecimento de suas tarefas e a convocação de grande número de trabalhadores rurais, com o objetivo de instigar a opinião pública (FONSECA, 2009, p. 75). À vista disso, no documento “Por uma política de comunicação do MST”, elaborado em 1995, podemos verificar essa preocupação. O texto induz a criação de um grupo que cuide do tema, sendo que o relacionamento com a mídia deveria ocorrer pelos dirigentes com maior capacitação e, ainda, orientando que todos tenham bom convívio com jornalistas, afora a indicação da produção de materiais de qualidade para serem distribuídos (FONSECA, 2006, p. 10).

Fernandes e Stédile (2005, p. 13) apontam que, em virtude da compreensão de que a imprensa brasileira “não é democrática”, o movimento tende a investir demasiadamente em meios de comunicação próprios, que possam divulgar as ideias e conceitos do movimento à sociedade. Além disso, em texto datado de 1992, Pereira (1992, s/p) já apontava a existência de um campo jornalístico unilateral no que tange ao tratamento desigual oferecido pela mídia no país ao tratar da “luta direta pela terra e as lutas institucionais pela reforma agrária”. O autor aduz também que, em face da pouca visibilidade das lutas dos excluídos nos meios de comunicação, a sociedade brasileira não se voltava para a irrisignação dos excluídos.

Neste sentido, para além da pouca visibilidade da luta pela reforma agrária, o que contribuiu para

a política de comunicação do MST decorreu de uma resistência às informações e representações veiculadas pela grande imprensa e dos efeitos de uma multiplicidade de publicações do próprio movimento social, que evidenciava a dificuldade de lidar com o alinhamento de ideias. (PERLI, 2016, s/p)

Assim, com ênfase na preocupação em ampliar sua política de comunicação popular, no escopo de criar canais autônomos de comunicação, que ajudassem em seus processos de organização e de mobilização por direitos sociais e políticos, bem como no sentido de pressionar a União e divulgar seu projeto de luta popular para o país é que o movimento se volta para a criação de um setor específico de comunicação (ENGELMANN; MORIGI, 2017). Downing (2004, p. 67) observa a importância da comunicação para os movimentos sociais e, no caso do MST, podemos vislumbrar sua lição ao apontar que esta deve começar de dentro do movimento para fora, ou seja, “a comunicação efetiva no interior dos movimentos sociais e praticada por eles é, portanto, uma necessidade vital para que a automobilização possa ocorrer e prosperar,” configurando-se como um imperativo essencial.

É neste cenário que o Setor de Comunicação do Movimento foi criado especificamente para cuidar do assunto, organizando grande parte dos atos voltados para este espaço, avançando no sentido da criação de projetos atuantes junto à comunidade e que buscam dar transparência a ideologia da causa do movimento. No setor destacam-se tradicionalmente: o Jornal Sem Terra, a Revista Sem Terra, o Jornal Brasil de Fato, o programa de rádio Vozes da Terra, voltado a mais de 500 (quinhentas) rádios comunitárias em todo o país, contando ainda com uma inovação: um sítio virtual⁷.

O sítio do movimento “vem se consolidando em canal estratégico de comunicação e informação no diálogo com a sociedade. Assume a posição de porta-voz do MST e seus integrantes, e

⁷ Endereço eletrônico: www.mst.com.br

se torna referência no debate público sobre a Reforma Agrária no Brasil” (ENGELMANN; MORIGI, 2017, s/p). Possui diversas ferramentas de divulgação e mobilização (agenda, loja virtual, biblioteca, *spots* de rádio, manifestos, artigos, dentre outros) e é o carro-chefe das interfaces do movimento com o público em geral, estando disponível em oito idiomas. Conta, ainda, com o boletim eletrônico *Letra Viva*, lançado quinzenalmente, sendo encaminhado a milhares de pessoas no mundo todo (FONSECA, 2009, p. 76). Nesse contexto, tornou-se “o cartão de visitas virtual do MST quando o assunto é responder aos ataques da grande mídia e seus interesses através da rede mundial de computadores” (FONSECA, 2009, p. 83).

De modo privilegiado o sítio do movimento funciona como um instrumento independente que leva informações voltadas ao universo dos Sem Terra de todos os Estados do país, contando com a produção de matérias, mas vai além deste paradigma ao publicar “artigos de pesquisadores e intelectuais, que tratam a temática da reforma agrária e inúmeros colaboradores de várias áreas do conhecimento que, todos a sua forma, apoiam e legitimam as ações do MST” (FONSECA, 2009, p. 83-84).

Constata-se que o grande retorno prático desta ferramenta cibernética não se restringe somente a um movimento virtual na circunscrição da rede global de computadores, mas, especificamente, pela organização que o movimento oferece aos seus integrantes e colaboradores, “realizando encontros, seminários, debates, marchas, protestos, oficinas, ocupações e uma série de atividades presenciais que estimulam a participação de seus pares e simpatizantes dentro e fora do ciberespaço” (FONSECA, 2009, p. 95).

Em relação ao uso das ferramentas virtuais e o ativismo político exercido pelos Sem Terra a Direção Nacional do movimento assim se manifesta:

verificamos que todas estas características expostas na página virtual são extensões das ações práticas do Movimento. Por exemplo, a educação, difundida nas escolas do MST há décadas, utiliza o espaço do sítio para divulgar suas ações e resultados; a cultura popular e artistas existentes nos assentamentos e comunidades rurais agora tem uma estante virtual constante no ciberespaço; as mobilizações massivas e presenciais realizadas pelo Movimento reverberam na rede mundial e chegam até lugares somente imagináveis e acessíveis por conta da globalização comunicacional. Podemos dizer, então, que o sítio dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é a expressão digitalizada do Movimento em suas mais simbólicas peculiaridades. (FONSECA, 2009, p. 96)

O MST hoje tem o ciberativismo⁸ como um dos grandes responsáveis pela propagação do movimento, permitindo ações em diversas frentes e espaços, levando a cooptação do seu público tradicional (trabalhadores rurais e pessoas do meio rural), bem como de todas as pessoas que se interessam pela Reforma Agrária. Assim, o ciberativismo tem possibilitado ao MST uma articulação em rede, descentralizada e colaborativa. Parte de seus militantes inter-relaciona-se com pessoas de todo o mundo, espalhando suas ideias, efetivando ações e mantendo a sociedade informada (direta e indiretamente), numa estrutura horizontalizada, “sem o filtro coercitivo da

⁸ “Ciberativismo é um conceito muito recente em nossa sociedade. Ele surgiu logo após a popularização da internet através da *World Wide Web* (explicada no Capítulo 03), no início dos anos 90 do século passado, portanto, com menos de 20 anos de existência. Neste período, a internet chegou mostrando a facilidade de conectar pessoas diferentes em diversas partes do mundo e logo se tornou popular. A velocidade que as informações levam para ir de um extremo ao outro chamou atenção e despertou interesse de vários setores da sociedade, incluindo a de ativistas que divulgavam suas ideias através de outros meios de comunicação. Foi então que surgiram os primeiros vestígios desta militância política pela rede, que pode ser denominada de ativismo digital ou, como preferimos nesta pesquisa, ciberativismo.” (FONSECA, 2009, p. 66)

mídia convencional, que, além da parca divulgação de suas ações, manipula negativamente as notícias relacionadas ao MST, criminalizando-o” (FONSECA, 2009, p. 76). Assim,

por meio das mídias digitais, o MST oferece informações detalhadas à sociedade sobre a situação da luta pela terra no País e a importância da retomada da Reforma Agrária para o desenvolvimento do campo brasileiro. Ao mesmo tempo, pressiona o Governo Federal para atender suas demandas, o judiciário e o Estado brasileiro para punir os responsáveis pela violência contra os trabalhadores rurais, e responsabiliza o latifúndio e o agronegócio pela violência no campo. (ENGELMANN; MORIGI, 2017, s/p)

Corroborando com a luta no espaço digital o movimento possui um canal virtual no YouTube⁹ considerado como ferramenta cibernética de extrema importância, porquanto é um portal onde os integrantes do movimento tem a possibilidade de compartilhar vídeos, de modo ativo, revelando uma das características do portal, que é o acentuado grau de interatividade entre os usuários, em função do sistema de comentários, semelhante a um blog, onde os internautas podem dar sua opinião, trocando ideias com aquele que postou o vídeo, bem como os demais usuários que também se utilizam do espaço para tecer seus comentários.

Tal propriedade é importante, uma vez que proporciona ao usuário evadir-se das limitações que a censura televisiva ou a imprensa comum impõe aos telespectadores e que perpassam pela estrutura técnico-analógica fechada no quesito participação do leitor ou telespectador, bem como no que tange a censura que a própria linha editorial adotada pela empresa jornalística impõe, ao coibir opiniões discordantes. Para além, fortalece a permuta e a liberdade de expressão, dando mais amplitude ao movimento, assim como criando novas oportunidades (e vozes) para indivíduos desejosos por demonstrar suas ideias (Fonseca, 2009, p. 77).

Conforme pesquisa realizada, o YouTube transformou-se numa enorme vitrine para ações do movimento que, em 17 de Setembro de 2009, possuía 7.150 referências (FONSECA, 2009, p. 77) com a expressão “MST”, sendo que, na data de 28 de Novembro de 2017, este número elevou-se, extraordinariamente para, aproximadamente, 687.000 resultados¹⁰.

Ainda, ao aderir ao Twitter¹¹ o movimento demonstra sua estreita ligação com os meios de comunicação mais avançados, uma vez que o microblog tornou-se um prodígio na atualidade, no sentido de compartilhamento de dados pela rede, (FONSECA, 2009, p. 80) contando até dezembro de 2016 com 349 milhões de pessoas cadastradas em todo o mundo, estruturado sobre uma plataforma¹² “dinâmica e funcional (um híbrido de e-mail, lista de discussão e rede social) que consegue, em apenas 140 caracteres permitidos para escrever, disponibilizar informações, por meio de links, de todos os gêneros e espécies” (FONSECA, 2009, p. 80) a seus adeptos.

O movimento utiliza-se ainda da plataforma de rede social mais acessada e utilizada em todo o mundo: o Facebook¹³, com dois bilhões de usuários ativos cadastrados por mês, contando a página do movimento com 325 mil seguidores. No endereço eletrônico são viabilizadas publicações do

⁹ Endereço eletrônico: <http://www.youtube.com/user/videosmst>

¹⁰ Pesquisa realizada em 28 de Novembro de 2018 no site do YouTube. (Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=mst. Acesso em: 28 nov. 2018).

¹¹ Endereço eletrônico: https://twitter.com/MST_Oficial

¹² Conforme Zarife (2017), a diretora geral do Twitter, em entrevista, afirmou: “Temos espaço para crescer no Brasil”.

¹³ Endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/MovimentoSemTerra>

movimento que, seguindo a regra geral da rede social, podem ser “curtidas”¹⁴ pelos demais usuários, proporcionando o acesso a textos completos no sítio do movimento, bem como ao Twitter, oferecendo, ainda, link para o canal do movimento no YouTube (AGUIAR; LOUREIRO, 2014, s/p).

Perante estas prerrogativas é que os mecanismos ciberativistas proporcionam respostas quase imediatas à população, o que normalmente não ocorre em relação à mídia tradicional (FONSECA, 2009, p. 79). O movimento passa a alcançar uma maior divulgação de suas notícias e do que ocorre em seus assentamentos e acampamentos, propagando suas posições e firmando seu papel na sociedade, alcançando “uma amplitude maior e com mais chances de se tornarem positivas e de perpetuarem-se no tempo, através das gerações, [...]” (MACHADO; PÉRSIGO, 2014, p. 194).

Deste modo, o movimento utiliza todos os instrumentos de comunicação que estão a sua disposição, reservando as ferramentas proporcionadas pela internet e todas as oportunidades por elas originadas, um lugar de relevo (FONSECA, 2009, p. 79). Expande-se aquilo que Habermas (1997, p. 56) denominou como “caixa de ressonância”, ou seja, o espaço da esfera pública política onde se dá “voz e microfone” àqueles que destes instrumentos eram carentes. Surge, segundo Fonseca (2008, s/p), uma nova esfera pública política de discussão, onde se constata a proliferação e a defesa de pensamentos contraditórios, que por vezes entram em cotejo com aqueles que detêm, majoritariamente, a difusão das informações, ou seja, “as grandes corporações midiáticas e seus parceiros ideologicamente comprometidos com suas linhas editoriais”.

Diante deste panorama, relevante se faz reconhecer que, muito embora originadas no seio da industrialização e do imperialismo, as TIC’s, na atualidade, podem ser modificadas e repensadas para outros fins, bem como podem deixar de ser desfrutadas apenas pelo capital, passando a outro patamar, onde possam servir aos homens e ao processo de transformação social e, conforme Santos (2001, p. 85), do ponto de vista de sua existência, que elas possam vir a ter outro uso e outra significação. Assim, ao empregar as ferramentas virtuais oferecidas pelas TIC’s, a luta política do MST ganha novos contornos e se amplia ao construir uma Reforma Agrária Popular por meio de ações políticas a partir da utilização de todo o aparato de tecnologia digital a sua disposição.

Conclusão

O trabalho realizado foi desenvolvido com fundamento na utilização do método dedutivo, a partir de uma análise geral a respeito dos movimentos sociais, realizado por meio de pesquisa qualitativa, descritiva de cunho eminentemente teórico de revisão bibliográfica. Desse modo, afunilamos nosso objeto de estudo até chegarmos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a relação deste, que é considerado o maior movimento social da América Latina, com os meios de comunicação tradicionais e as estratégias de enfrentamento utilizadas pelo movimento, a partir do uso das TIC’s, para dar visibilidade as suas demandas e propagar, de forma equânime, os ideais com que o movimento está comprometido.

Apesar do material disponível a respeito do tema ser extenso, não apenas em relação aos movimentos sociais como um todo, mas primordialmente no que diz respeito a estruturação e organização do próprio MST, apontamos que, em larga medida, muito ainda temos a empreender

¹⁴ A pesquisa foi realizada na data de 28 de Novembro 2018, com dados divulgados na própria plataforma do Facebook sobre o número de usuários ativos. A página contava com 352 mil total de curtidas de usuários da rede social, sendo relevante destacar que comentários contrários aos princípios, práticas e ações do movimento, feitos por alguns usuários, não são retirados das publicações. (Disponível em: https://www.facebook.com/MovimentoSemTerra/?ref=br_rs. Acesso em: 28 nov. 2018).

neste campo. Assim, a pesquisa atingiu seu objetivo ao detectar de modo claro e conciso as TIC's que dão suporte à confrontação estabelecida entre a divulgação de informações sobre o movimento pelos meios de comunicação tradicionais, que são, muitas vezes, distorcidas e veiculadas de modo unilateral, e àquelas reveladas por intermédio do próprio MST e que veiculam os verdadeiros avanços obtidos pelo movimento e sua luta. Isso apenas se faz possível devido a globalização da internet e o uso racional, livre e organizado, proporcionado pelas ferramentas cibernéticas.

Forjado no seio dos movimentos sociais contemporâneos, cujas características principais se pautam na formação de uma identidade própria, na presença de um agente opositor e na articulação de um projeto de vida e sociedade, o MST apresenta-se como o herdeiro dos movimentos sociais pós década de 1980. Sua bandeira teve seus horizontes ampliados, no sentido de que o movimento, muito antes de preocupar-se apenas com a luta coletiva pela terra e por uma Reforma Agrária Popular, afirmou, como uma de suas iniciativas, a possibilidade da existência de novas relações sociais e de um projeto de desenvolvimento para o campo e para o país.

O projeto do MST vem alicerçado na lógica da construção de uma sociedade mais justa, onde não hajam explorados e exploradores e onde as desigualdades sociais, reveladas pelo modo de produção capitalista e pela ideologia burguesa dominante, possam vir a ser enfrentadas. Tal enfrentamento se dá a partir da organização e da multiplicidade de dimensões em que o movimento atua, proporcionando a inclusão social de seres humanos que as ações capitalistas da década de 70, decorrentes da “revolução verde” e engendradas pela política econômica do governo militar à época, imaginavam ter dado fim, com a exclusão definitiva da classe dos camponeses do panorama social brasileiro.

No entanto, o movimento, de modo *sui generis*, consagrou-se como incomum, por aprender a lutar contra o sistema e por aquele que alguns consideram como um quarto poder de Estado: os meios de comunicação. Desse modo, a mídia tradicional dominante e atuante no cenário político social brasileiro, ao unilateralizar as informações a respeito do movimento, tendendo a criminalizá-lo e a distorcer suas ações, acabou por influenciar as bases do MST na criação de um departamento específico voltado para a comunicação e a utilização de estratégias eficazes de mídia e marketing político que conferissem vez e voz as suas justas reivindicações, bem como ao combate da mercantilização da imprensa tradicional e das equivocadas informações por ela veiculadas a respeito do movimento.

Assim, o movimento cria um setor voltado primordialmente para a comunicação e aliado às fontes tradicionais de divulgação de notícias, como o Jornal Sem Terra, a Revista Sem Terra, o Jornal Brasil de Fato e o programa de rádio Vozes da Terra, mas vai além procurando por outras novas formas de ocupação dos espaços públicos. Acaba por dar ensejo ao ciberativismo utilizado como ferramenta de comunicação de modo horizontal e autônomo, na busca pela mudança social, fazendo uso de instrumentos digitais cibernéticos, por meio da criação de plataformas virtuais de acesso voltadas a projetos ativos junto à comunidade, que procuram dar transparência a ideologia da causa do movimento, alcançando um número cada vez maior de expectadores por intermédio das possibilidades oferecidas pela internet.

Neste sentido, o movimento utiliza todos os instrumentos de comunicação que estão a sua disposição, reservando às ferramentas proporcionadas pela internet e a todas as oportunidades por elas originadas, um lugar de relevo, acabando por dar vida ao sítio virtual do MST, ao seu canal de vídeos no YouTube e a sua conta no Twitter, bem como se filiando a maior rede social virtual do planeta, o Facebook.

Diante desta análise, constata-se que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a partir de estratégias de comunicação, alavancadas pelo uso das TIC's, tem se beneficiado, desenvolvendo-se e crescendo de modo significativo. Expande-se, propagando a divulgação de seus ideais com o uso destas tecnologias, no enfrentamento da mercantilização e unilateralização das informações difundidas pelos veículos tradicionais de comunicação, que chegam até a sociedade de forma desvirtuada a respeito do movimento.

Os argumentos até aqui esboçados apontam que o ciberativismo trata-se de uma estratégia utilizada pelo MST que é única, pois dá azo a criação de um movimento, cuja capacidade está voltada para luta pela terra, ligado a trabalhadores rurais de todo o país, com base no meio camponês, onde o acesso à internet é restrito e ainda assim consegue desenvolver seus princípios e difundir suas percepções enquanto movimento social, utilizando-se das novas tecnologias digitais de comunicação e criando mecanismos contra-hegemônicos aos veículos tradicionais de informações, tendo como fim precípuo político-ideológico a propagação de sua visão política, social e cultural na sociedade.

Por fim, em face da metodologia utilizada, especialmente em relação a revisão bibliográfica realizada, destacamos que um dos grandes empecilhos, ainda hoje, para a viabilização e o conhecimento das lutas do movimento, volta-se para o fato de que apenas metade¹⁵¹⁶ da população rural brasileira, foco maior das ações do MST, possui acesso a rede mundial de computadores, o que dificulta a inserção do movimento neste âmbito, que se pauta, quase que exclusivamente, pelas informações fornecidas, de modo unilateral, pelos meios de comunicação tradicionais. Todavia, em função da preocupação que o movimento possui com a comunicação e que até aqui relatamos, tal problemática vem sendo trabalhada pelo próprio MST ao criar projetos de inclusão digital (telecentros e pontos de cultura) espalhados por seus vários assentamentos e em parceria com governos e entidades internacionais.

Referências

AGUIAR, J. M.; LOUREIRO, C. F. Estratégias de ação política dos movimentos sociais na era digital: o discurso socioambiental do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) na luta pela reforma agrária popular. **Revista VITAS: Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, n. 8, ano IV, s/p., Set./2014. Disponível em: http://lieas.fe.ufrj.br/download/artigos/Estratgias_de_ao_politica_Janeleide_revisado.pdf. Acesso em: 28 maio 2018.

ANDRADES, T. O. de.; GANIMI, R. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**. Juiz de Fora, v.21, p. 43-56, 2007.

DOWNING, J. D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

ENGELMANN, S. I.; MORIGI, V. J. El movimiento dos trabajadores rurales sem terra (MST) y las representaciones sobre la movilización por la reforma agraria. Jun/2017, s/p. Disponível em: http://jornadasrurales.uvq.edu.ar/media/public/Ponencia_uyaNwZ.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

¹⁵ TIC Domicílios. 2018.

¹⁶ Pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br) aponta que o número de brasileiros que usam a internet continua crescendo no país e subiu de 67% para 70% da população. Nas regiões urbanas 74% da população está ligada à internet, no entanto, na zona rural brasileira apenas metade da população está conectada: 49% desta parte da população disse ter acesso à rede em 2018, em contrapartida aos 44% de 2017. (LAVADO, 2019.)

FACEBOOK. Site. Disponível em: https://www.facebook.com/MovimentoSemTerra/?ref=br_rs. Acesso em: 28 nov. 2018.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FERNANDES, B. M.; STÉDILE, J. P. **Brava gente**. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FONSECA, I. C. da. Estratégias de Comunicação do MST para se inserir na Esfera Pública. **Inovcom: Revista Brasileira de Inovação Científica em Comunicação**, n. 2, v. 1, p. 02-18, 2006. Disponível em: <http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/inovcom/article/view/1527/1349>. Acesso em: 09 ago. 2018.

FONSECA, L. M. MST, esfera pública e ciberativismo: um novo espaço para o debate. **Conexões Midiáticas**, n. 1, v. 1, s/p, Jul./Dez./2008. Disponível em: http://www.insite.pro.br/P%C3%A1ginas%20novas/mst_ciberativismo_milhomens.pdf. Acesso em: 15 set. 2018.

FONSECA, L. M. **Ciberativismo e o MST**: o debate sobre a reforma agrária na nova esfera pública interconectada. 2009. 120 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Culturas Midiáticas). Universidade Federal da Paraíba. Paraíba. Disponível em: http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/4461?locale=pt_BR. Acesso em: 28 maio 2018.

FRONCHETI, A.; ZAMBERLAN, J.; **Preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOHN, M. da G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**. Salvador, v. 21, n. 54, p. 430-455, Set/Dez/2008a. Disponível em: <file:///C:/Users/Eliane/Downloads/18982-64367-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

GOHN, M. da G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008b.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais e redes de mobilizações no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2010. Resenha de: RUBBO, D.I.A. Um link nos movimentos sociais no Brasil contemporâneo: mobilizações sociais, redes de intersecções. **Caderno CRH**. Salvador, v. 24, n. 62, p. 447-448, Maio/Ago./2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000200014. Acesso em: 20 ago. 2018.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**: complementos y estudios previos. Madrid: Cátedra, 1997.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 2003.

LAVADO, T. Uso da internet no Brasil cresce, e 70% da população está conectada. In: G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/08/28/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-70percent-da-populacao-esta-conectada.ghtml#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20brasileiros%20que,internet%20nas%20resid%C3%A2ncias%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 01 mar. 2020.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

MACHADO, A. L.; PÉRSIGO, P. M. Opinião pública, mídia e movimentos sociais: os jovens e o MST em tempos de sociedade em rede. **Revista Cadernos de Comunicação**. Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 191-205,

Jul/Dez/2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/15930>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MARTINS, H. Reconfigurações políticas e apropriação tecnológica: a relação ambivalente dos movimentos sociais com o desenvolvimento das comunicações. Congresso de ciências da Comunicação na região Nordeste, XIV, 2012, Recife, **Anais [...]** Recife: Faculdade Boa Viagem, 2012, s/p. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-1535-1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 9. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2012.

MST. Site. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/70-82>. Acesso em: 15 Set 2018.

PEREIRA, H. Opinião: reforma agrária. **Teoria e Debate**. São Paulo, n. 18, s/p, Maio/Jun./Jul./1992. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/opinioao-reforma-agraria>. Acesso em: 13 set. 2018.

PERLI, F. O silêncio da imprensa e a política de comunicação do MST. In: Encontro da ANPUH -MS, XIII, 2016, Coxim. **Anais [...]** Coxim/MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2016, s/p. Disponível em: http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1479605805_ARQUIVO_TextocompletoANPUH2016.pdf. Acesso em: 13 set. 2018.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHERER-WARREN, I. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. **Revista Política e Sociedade**. Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 13-34, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p13>. Acesso em: 14 set. 2018.

SOUZA, R. B. R. de. **Mídia e cenários políticos e culturais no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST)**. 2006. 110p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista de Mesquita Filho. São Paulo. 2006.

TIC Domicílios. In: CETIC.BR. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/>. Acesso em: 01 mar. 2020.

YOUTUBE. Site. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=mst. Acesso em: 28 nov. 2018.

ZARIFE, F. “Temos espaço para crescer no Brasil”, diz diretora geral do Twitter. [**Entrevista disponibilizada em 23 de fevereiro de 2017, a internet**]. Disponível em: <http://link.estadao.com.br/noticias/empresas,temos-espaco-para-crescer-no-brasil-diz-diretora-geral-do-twitter-no-pais,70001675964>. Entrevista concedida a Bruno Capelas. Acesso em: 15 set. 2018.